Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista Seiva *(1938-1943)*

AÇÃO CULTURAL, ANTIFASCISMO E UNIÃO NACIONAL NA REVISTA *SEIVA* (1938-1943)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a atuação da revista baiana *Seiva* enquanto instrumento de ação cultural e de luta política a serviço do antifascismo e da União Nacional no Brasil. Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados, um deles pertencente ao Partido Comunista do Brasil (PCB), *Seiva* constituiu-se num importante espaço de divulgação das formulações políticas dos comunistas em meio ao Estado Novo, à Segunda Guerra Mundial e à ameaça fascista que pesava sobre diversos países. Sendo um veículo legal e oficioso do Comitê Regional da Bahia (CR-BA) do PCB, os comunistas, através da *Seiva*, iniciaram um vigoroso processo de resistência e recomposição partidária a partir da intervenção direta no movimento de massas que arrastou multidões às ruas contra o nazifascismo, a quinta-coluna e o integralismo. Ao longo dos seus cinco anos de funcionamento, *Seiva* expressou a linha política do PCB, sendo fechada por determinação do Estado Novo em 1943.

PALAVRAS-CHAVE

Partido Comunista do Brasil (PCB). *Seiva*, revista. Antifascismo. União Nacional.

Carlos Zacarias de Sena Júnior[1]

AÇÃO CULTURAL, ANTIFASCISMO E UNIÃO NACIONAL NA REVISTA *SEIVA* (1938-1943)[2]

Entre 1938 e 1943, uma experiência pioneira desenvolvida em Salvador abria as portas do mundo cultural e literário brasileiro para as posições antifascistas que começavam a tomar corpo no país. Após um longo período de silêncio, que sucedeu a fracassada tentativa insurrecional de novembro de 1935, o conjunto dos antifascistas, muito especialmente os agrupados sob a bandeira do Partido Comunista do Brasil (PCB), depois de permanecerem acuados ante a onda de repressão e perseguição intensas, procuraram se reagrupar em pequenos nichos onde imperava uma relativa liberdade que furava as brechas do Estado Novo.[3] No movimento estudantil e entre a juventude, nas faculdades de Direito e Medicina da Bahia, e em diversos espaços frequentados pela intelectualidade liberal, os comunistas puderam construir uma experiência de resistência ao nazifascismo exortando os povos do mundo a levantarem a bandeira do antifascismo. O objetivo deste texto é analisar o período de existência e a atuação da revista baiana *Seiva* enquanto

---

[1] Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). <zacasenajr@uol.com.br>

[2] Devo registrar a minha gratidão e prestar minha homenagem ao Sr. João da Costa Falcão (*in memoriam*), pelas entrevistas, conversas e disponibilzação de seu acervo pessoal com todos os exemplares da revista *Seiva*, com exceção do número seis. Tais exemplares foram posteriormente doados pelo próprio Falcão à Academia de Letras da Bahia. Este artigo valeu-se de excertos da comunicação Mensagem aos Povos da América: ação cultural, antifascismo e união nacional na revista *Seiva* (1938-1945), publicada nos Anais do XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: História: Guerra e Paz [CD ROM], Londrina: Mídia, 2005. Este trabalho valeu-se também do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do edital Universal 2011.

[3] Optamos por utilizar o nome adotado originalmente pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) até 1961.

instrumento de ação cultural e de luta política a serviço da linha de União Nacional e de antifascismo adotada pelos comunistas no Brasil e em diversas partes do mundo na conjuntura da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo brasileiro.

A virada das décadas de 1920-1930 trouxe de volta o espectro da revolução mundial. Com a reabertura de uma nova vaga revolucionária, com epicentros na Alemanha, França e Espanha, mais uma vez as forças da revolução e da contra-revolução voltavam a se enfrentar.[4] Como resultado das feridas abertas desde a primeira onda revolucionária ocorrida entre os anos de 1917 a 1923, e se acentuando, sobretudo, em função da crise econômica de 1929, os desdobramentos da nova polarização estiveram também ligados a ascensão das frentes populares que recolocaram a questão do poder na ordem do dia para os partidos comunistas francês e espanhol.[5] Não obstante, enquanto a situação da Alemanha permanecia sendo central na conjuntura, a nova derrota da revolução neste país, consubstanciada com a ascensão das correntes nazifascistas ao poder, praticamente decidiu os destinos das revoluções no restante da Europa.

No Brasil, em que pese o fato de que não tenha chegado a haver uma crise revolucionária, uma espécie de contra-revolução preventiva se anunciou dentro do governo constitucional de Getúlio Vargas diante da ascensão da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Criada em março de 1935 por iniciativa de comunistas e antifascistas diversos que se inspiravam nas experiências de frentes populares pela Europa, a ANL vinha criando núcleos por todo Brasil abrigados sob a bandeira da libertação nacional e da luta anti-imperialista. Como resposta ao rápido sucesso que a ANL alcançou, e também em função de que tal organização tinha Luiz Carlos Prestes como presidente de honra, o governo de Getúlio pôs-se em severa vigilância

---

[4] Cinco ondas revolucionárias foram identificadas pelo historiador Valério Arcary no século XX. Sobre o assunto, ver: ARCARY, V. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Xamã, 2004. p. 138-139.

[5] Para uma discussão sobre a revolução e a contra-revolução, no contexto citado, ver: SENA JÚNIOR, C. Z. de. Nas trincheiras da democracia: os comunistas e a Frente Popular entre a revolução e a contra-revolução. *Revista História & Luta de Classes*, s.l., n. 12, p. 28-34, set. 2011.

contra a organização que funcionava legalmente. Enquanto os aliancistas, como eram chamados, combatiam os fascistas abrigados principalmente na Ação Integralista Brasileira (AIB) nas ruas das grandes cidades, o governo apenas permaneceu vigilante. Todavia, quando a consigna de Governo Popular Nacional Revolucionário se transfigurou na palavra-de-ordem, lançada por Prestes, de Todo Poder à ANL, o governo Vargas pôs a organização na ilegalidade, afastando centenas de membros de suas fileiras, sobrando, sobretudo, os comunistas.[6] Estes, já costumados aos longos anos de clandestinidade permaneceram agitando as palavras-de-ordem lançada pelo PCB que intensificavam a luta contra o governo, caracterizando-o de entreguista e proimperialista, reforçando os apelos pela formação de uma frente única (popular) antifascista.[7]

Intensificando seu combate ao governo de Getúlio e após incorporar em suas fileiras uma parte da tradição rebelde que havia levantado os quartéis no Brasil na primeira metade da década de 1920, os comunistas que estiveram à frente da ANL protagonizaram as insurreições que alcançaram quartéis do Exército em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro. Com efeito, o episódio que passou à história com o termo de "Intentona Comunista" consubstanciou uma das mais importantes derrotas do PCB desde a sua criação em março de 1922. O resultado dos levantes de 1935 foram bastante desastrosos para o PCB, tanto porque quase toda a sua direção foi encarcerada nos dois anos seguintes ao levante, quanto pelo fato de que, ancorado no discurso de que o Brasil vivia ameaçado por uma nova revolta comunista, Getúlio Vargas desfechou o golpe do Estado Novo em novembro de 1937, estabelecendo um regime de características protofascistas.[8]

---

[6] Sobre a formação da Aliança Nacional Libertadora ver: PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

[7] Fundado em março de 1922, o PCB teve curtos períodos de legalidade em 1922 e 1927. Sobre a atuação da ANL no período da ilegalidade, ver: VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 1935*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 143-150.

[8] Ver, sobre o assunto, SENA JÚNIOR, C. Z. de. *Os impasses da estratégia*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 29-39.

Acerca do período entre 1935 e 1937, a historiografia brasileira sobre o PCB optou quase sempre por tratar apressadamente a vida partidária, considerando que com a queda das direções nacionais o Partido praticamente havia deixado de existir como organização centralizada.[9] Só muito recentemente, após a abertura dos arquivos da Internacional Comunista (IC), é que foi possível encontrar o elo perdido entre as direções que caíram em 1935/1936 e aquelas que emergiram na conjuntura pós-1940.[10] Com efeito, o hiato estabelecido entre as linhas políticas adotadas nos dois períodos, insurrecional em 1935 e de União Nacional em 1943, pode ser compreendida dentro de um escopo de formulações estratégicas que pensavam o Brasil como um país feudal e vinculavam suas táticas a construção da unidade antifascista e de defesa da democracia com vistas ao estabelecimento de uma verdadeira revolução nacional libertadora (democrática) no país. É neste contexto que surge a experiência baiana da revista *Seiva*.

Criada em 1938, em Salvador, por jovens intelectuais engajados na luta política, alguns deles ligados ao PCB, *Seiva* constituiu-se em um importante espaço de divulgação das formulações políticas do Partido Comunista do Brasil em meio às intempéries do Estado Novo, à conjuntura da Segunda Guerra Mundial e permaneceu sendo uma trincheira aberta de combate à ameaça fascista que pesava sobre o Brasil e sobre vários outros países do mundo. Sendo um veículo legal e, de certa forma, oficioso do Comitê Regional da Bahia (CR-BA), órgão dirigente do PCB no Estado, através das páginas de *Seiva* os comunistas baianos iniciaram um vigoroso processo de resistência e

---

[9] Sobre o período, um dos mais importantes trabalhos a tratar do assunto é a obra pioneira de DULLES, J. F. *O comunismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Sobre o possível desaparecimento do PCB depois de 1935, Gildo Marçal Brandão defende a ideia de uma refundação em 1945. Cf. BRANDÃO, G. M. *A esquerda positiva*. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 156.

[10] Sobre o período de intensa atividade partidária revelado após a abertura dos arquivos da Internacional Comunista (IC), veja os trabalhos dos historiadores PRESTES, A. L. *Da insurreição armada (1935) à União Nacional (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001; KAREPOVS, D. *Luta subterrânea*. São Paulo: HUCITEC: Ed. da UNESP, 2003, além do nosso próprio trabalho já citado: SENA JÚNIOR, 2009.

recomposição das hostes pecebistas nesta região do Brasil a partir da intervenção direta no movimento de massas que dava os primeiros passos rumos ao ressurgimento, culminando com a atração de multidões às ruas em inícios da década de 1940, na luta contra o nazifascismo, contra aquilo que chamavam de "quinta-coluna" e contra o integralismo da AIB. A partir da análise da ação política e cultural da revista *Seiva*, pode-se compreender o momento de reestruturação do PCB desde a derrota de 1935, tanto através da sua intervenção na luta de classes na época da Segunda Guerra, quanto pela ascensão de uma jovem direção partidária formada na luta antifascista, que desceria do Norte e Nordeste para dirigir o Partido no Centro-Sul do país em meados dos anos 1940.

Em que pese o fato de que o Comitê Regional da Bahia tenha vindo a ocupar um papel importante no processo de reorganização do Partido no plano nacional em fins dos anos 1930 e início da década de 1940, o PCB era, neste Estado, uma organização bastante débil. De acordo com os responsáveis pela construção partidária, até fins dos 1920, o PCB não tinha conseguido fincar raízes na Terra de Todos os Santos, de maneira que o processo de efetivação do Comitê Regional na Bahia, organismo dirigente do Partido no Estado, ao que parece, só pôde se consumar no início da década de 1930. Nesta época, muito em função da luta antifascista que movimentava os meios estudantis e universitários por todo o Brasil, o PCB conseguiu atrair jovens estudantes para as suas fileiras. Estes podem ter se somado aos poucos militantes, egressos dos anos 1920, já que os primeiros registros de membros do PCB na Bahia datam de 1925, quando se contabilizavam apenas seis membros do Partido na Bahia, ou podem ser eles próprios os pioneiros de uma organização que não chegou a ser efetivamente fundada na Terra de Todos os Santos.[11]

---

[11] Fundo Internacional Comunista, 495-029-024, Recrutamento e Organização - Balanço do que se fez durante o anno de 1925. O que é preciso fazer daqui por diante, programma para 1926, Centro de Documentação e Memoria da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP). A guisa de informação, tenho desenvolvido algumas hipóteses sobre a organização e construção do PCB na Bahia que foram apresentadas em: SENA JÚNIOR, C. Z. de. As formigas obscuras da revolução mundial na Terra de Todos os Santos. In: ARAÚJO, D. O.; MARCARENHAS, M. J. R. (Orgs.). *Sociedade e relações de poder*. Salvador: EDUFBA, 2012 (no prelo).

Em dezembro de 1938, sob a direção dos estudantes João da Costa Falcão, Emo Duarte, Virgildal Sena e Eduardo Guimarães foi lançada, na Bahia, a primeira edição da revista *Seiva*. Circulando com cerca de mil e quinhentos exemplares, e prevista inicialmente para ter uma tiragem mensal, o periódico veio a público com o ambicioso dístico Mensagem aos Intelectuais da América. Pretendendo estabelecer uma ponte entre a *intelligentsia* intercontinental que parecia à beira de se defrontar com mais um período de cataclismo bélico-mundial, conforme se pressentia com o avanço dos regimes nazifascistas, ou filofascistas, que atingiam parte da Europa e do continente americano, desde a derrota da revolução mundial em 1923, *Seiva* demarcava em sua abertura um campo pouco explorado nas publicações brasileiras, todas elas bastante vigiadas pela censura do Estado Novo.[12]

Como foi dito, quando em novembro de 1937, Getúlio Vargas decretou o Estado Novo no país, os movimentos sociais e, principalmente, o movimento comunista, quase que praticamente desmantelado desde o levante de 1935, seriam duramente atingidos por brutal reação de caráter anticomunista que consagrava a vitória de governos autoritários num mundo que ainda lutava para curar as feridas da Grande Guerra que o atingira entre 1914 e 1918. Foi neste contexto que os estudantes comunistas e membros do Comitê Regional da Bahia Diógenes de Arruda Câmara, então com 25 anos, e Armênio Guedes, com 21, reunidos na casa da família deste último, em maio de 1938, decidiram pela criação de um mensário que expressasse a política do PCB e que também influenciasse a intelectualidade liberal e antifascista brasileira. Para isso incumbiram o jovem João Falcão, de 19 anos de idade, um recém convertido ao comunismo, da enorme tarefa que era fundar um periódico antifascista num país cujo governo tinha claros traços de fascismo. Os dirigentes comunistas pretendiam, com um órgão mensal de fachada literária, criar as bases para a superação da letargia e do defensismo a que estavam submetidos os comunistas brasileiros naqueles anos de reação e contra-revolução. O periódico que faria às vezes de oficioso do PCB, na ilegalidade desde 1927, e

[12] Cf. FALCÃO, J. *História da revista Seiva*. Salvador: Ponto & Vírgula, 2008. p. 7.

sem uma direção centralizada desde as quedas de 1936 e as crises e cisões de 1937 e 1938, ambicionava ser um pólo de convergência do antifascismo e um centro de reagrupamento dos comunistas Brasil afora.[13]

Contudo, a criação de um periódico, de uma revista propriamente dita, seria uma tarefa demasiado arriscada, porquanto havia que se tomar todas as precauções e providências necessárias para que o intento lograsse êxito, com um mínimo de risco aos seus participantes. Por orientação dos dirigentes do Comitê Regional da Bahia do Partido Comunista do Brasil, caberia ao jovem militante João Falcão reunir o corpo diretivo do periódico entre indivíduos insuspeitos, preferencialmente sem nenhuma ligação com o PCB, de maneira que estes nem sequer deveriam desconfiar das ligações da revista com o Partido Comunista e da ligação de um dos seus editores com a militância vermelha. Da mesma forma, João Falcão, filho de uma abastada família de comerciantes da cidade de Feira de Santana, a 108 km de Salvador, deveria angariar os fundos para o sustento integral do periódico, já que o Partido não dispunha de recursos para tal fim. Além disso, o jovem comunista deveria ainda eleger uma gráfica e recolher os textos para que a edição do primeiro número de *Seiva* circulasse o quanto antes com vistas a "aglutinação" da intelectualidade brasileira em torno de um projeto antifascista: "Seria a primeira publicação antifascista de caráter nacional dirigida pelo Partido, que através dela divulgaria sua linha política".[14]

Tomadas as precauções e realizados os preparativos, no dia seis de dezembro de 1938, surgia o primeiro número da revista *Seiva*, assim denominada por sugestão do estudante de agronomia Diógenes de Arruda Câmara, que pretendia homenagear um outro periódico do início do século.[15] Distribuída pelos seus diretores e alguns colaboradores nas bancas de jornais e revistas de Salvador, o novo periódico, que chegou a ser

---

[13] FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci.* 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000. p. 42-43. Neste livro, Falcão informa que estaria presente também na reunião Rui Facó.

[14] Ibid., p. 43.

[15] Ibid., p. 44.

saudado nas páginas do jornal *A Tarde* pelo ex-deputado federal Luiz Viana Filho — que viria posteriormente a ser governador do Estado, novamente deputado e senador nas décadas seguintes — trazia em seu primeiro número, publicado em formato grande (0,22x0,32), a colaboração de diversos intelectuais, alguns comunistas, como Leôncio Basbaum (sob o pseudônimo de Luiz Bastos), Carlos Lacerda (que assinou como Marcos Pimenta), Paulo Cavalcanti, entre outros, e quase todos antifascistas, como Afrânio Coutinho, Orlando Gomes e mais de uma dúzia de colaboradores que se unificavam no sentimento antifascista, quiçá anti-Estado Novo.[16]

A bem da verdade, nos primeiros cinco números da revista, publicados entre dezembro de 1938 e setembro de 1939, em que pese a presença de diversos comunistas assinando textos, e também pelo fato de que a revista surgiu com o propósito de divulgar a linha do PCB, conforme o próprio Falcão havia dito, sob pseudônimos ou não, os temas tratados eram quase todos ligados à literatura e ao mundo da cultura, muito embora de forma crítica e subliminarmente antiautoritária. Evitava-se adentrar diretamente ao debate político procurando não se confrontar com o Estado Novo de Vargas e sua polícia política comandada por Filinto Muller. Talvez porque o próprio PCB já admitisse, desde março, a União Nacional com o governo Vargas, talvez porque se receasse a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado na Bahia pelo médico Enéas Torreão Costa, não se pode dizer exatamente sobre a opção dos comunistas de não tratarem logo do antifascismo desde os primeiros números da *Seiva*. O fato a se notar foi que *Seiva* pouco tratou de temas mais abertamente políticos em sua primeira fase, que pode ser contada até o sexto número, publicado em novembro de 1939.

Neste sentido, o texto de abertura de *Seiva* em seu primeiro número, publicado em dezembro de 1938, assinado por Orlando Gomes, um jovem professor de direito que já havia sido preso quando da instalação do Estado Novo por discursar citando a União Soviética, trazia uma apreciação sobre o Fundamento da

---

[16] *A Tarde* [Salvador] 14 dez. 1938. (Acervo: Jornal *A Tarde*, Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)/Setor: Jornais); *Seiva*, Salvador, n. 1, dez. 1938 (Acervo pessoal de João Falcão, designado a partir daqui como APJF).

Autoridade. No artigo, em que critica o fascismo de Mussolini baseado no fundamento artificial da dominação pela força, o professor defende a ideia de que todo princípio de autoridade deve repousar na democracia, que constrói o legítimo consentimento, estabelecendo a autoridade e a ordem, sendo esta "o regime político e social em que melhor se ajustam a independência e a segurança, o Estado e o indivíduo, a autoridade e a liberdade".[17] Como parece evidente, a crítica velada ao Estado Novo recém estabelecido no Brasil, embora não se alinhe com a política pouco conhecida do PCB, ousa desafiar a ditadura varguista que acabara de ser instaurada, ainda que de maneira subliminar, demonstrando, de pronto, a que *Seiva* tinha vindo ao mundo.

Ainda neste primeiro número e nos seguintes, *Seiva* deu ampla cobertura a temas políticos, muito embora de maneira a evitar o confronto aberto com o governo Vargas. Assim, a maioria dos textos que tratavam da política, do Estado e do governo, o faziam de forma genérica, nunca se referindo ao caso específico do Estado Novo brasileiro ou à figura do seu ditador. São próprios desta fase da *Seiva* tratar de temas filosóficos e literários relacionados ao universo cultural mais amplo, embora não descolados do projeto comunista de denúncia do regime do Estado Novo, em parte também assumido por liberais como Nestor Duarte e Luiz Viana Filho que também redigem artigos que são publicados nos primeiros números de *Seiva*.

Não obstante, o projeto político de *Seiva* vai logo expresso no editorial do número inaugural, quase que despretensiosamente perdido no miolo da revista, na página dezoito. Nele se lê o brado aos intelectuais da América, brado este logo convertido a todos os povos:

> Quando do outro lado do Atlântico o ódio e a discórdia cavam barreiras profundas entre os povos, SEIVA surge com o propósito de unir a inteligência de toda a América em um largo abraço de amizade e compreensão. A mesma disposição de defender a dignidade do pensamento e da civilização contra a onda avassaladora de barbarismo

[17] GOMES, O. Fundamento de Autoridade. *Seiva*, Salvador, n. 1, p. 3, dez. de 1938. (APJF).

> solidariza todos os intelectuais honestos do universo, especialmente os da América, reduto invencível de paz, mas que se levantará como um só homem contra o que ouse desrespeitar o solo de qualquer das suas livres nações. Para essa tarefa de tornar cada vez mais real a cordialidade entre os povos e resguardar o pensamento humano dos atentados que contra ele se vão preparando, numa proporção assustadora, urge a união de todos os homens da América, para onde se volve a cobiça dos imperialismos expansionistas, união que deve ser começada pelos seus intelectuais, defensores natos da cultura e do progresso da humanidade. SEIVA tem, portanto, as suas colunas abertas a todos os escritores da América que simpatizem com essa orientação e queriam contribuir com a sua inteligência e a sua boa vontade para a aproximação de todas as nações americanas, pelo trabalho sincero e desinteressado de seus homens de pensamento. É animada desse espírito que SEIVA dirige a sua mensagem de simpatia, de admiração e de fraternidade a todos os escritores da América, até onde possa chegar, mensagem que é um reflexo da simpatia, da admiração e da fraternidade com que olha e deseja sempre olhar os povos a que eles pertencem.[18]

Como se pode ver, A Mensagem aos Intelectuais da América era tão ampla como genérica era a menção aos "imperialismos" referida no texto. Na fase seguinte, contudo, as generalidades cedem espaço para o confronto aberto, o imperialismo ganha a face das nações fascistas, e os intelectuais exortados são os típicos antifascistas que lutavam pela unidade nas diversas nações da América e do mundo. Ou seja, *Seiva* vai gradualmente se politizando e se internacionalizando, conforme o mundo entra numa nova fase de conflito e cataclismo que envolve todos os povos.

Todavia, *Seiva* não deixa de tratar de temas nacionais e até mesmo baianos. No seu quarto número, publicado na simbólica data 13 de maio de 1939, com a capa estampada com a efígie de Castro Alves, a primeira a homenagear um personagem

[18] MENSAGEM aos Intelectuais da América, *Seiva*, Salvador, n. 1, p. 18, dez. 1938. (APJF).

e a trazer uma imagem, há amplo destaque para a questão do negro na sociedade brasileira como forma de discutir a abolição da escravatura ocorrida em 1888. Neste número, cujos colaboradores são quase todos baianos, após breve introdução em homenagem ao poeta dos escravos, em que se afirma a necessidade de "reabilitação social e histórica do negro", fragmentos da poesia *O Navio Negreiro* dão o tom da edição especial dedicada aos negros.[19] Neste número, o jovem estudante de direito e militante comunista Aristeu Nogueira escreve sobre Escravos e Trabalhadores Livres no Nordeste Baiano, refazendo o percurso histórico dos cativos entre a África e o Brasil, Nogueira enfatiza a dura vida dos escravos chegados à Bahia, seu trabalho estafante, seu descanso precário, seus cultos às escondidas e sua vida pós-abolição que não havia mudado no fundamental, já que precisavam lutar contra a fome e contra a falta de assistência do poder público, para concluir: "O trabalhador livre é escravo da sociedade em que vive. Mudou de senhor".[20]

A bem da verdade a análise adotada pelo PCB sobre a realidade brasileira que norteará a elaboração da tática das décadas de 1930 e 1940, denotavam a compreensão de que o Brasil era um país semiescravista e semifeudal, de maneira que as tarefas da revolução brasileira eram, para os comunistas, democrático-burguesas e de libertação nacional. Com o fito de firmarem as bases desta orientação, a própria direção do PCB, precariamente estabelecida em Salvador entre agosto de 1936 e março de 1937, como forma de fugir da repressão no centro-sul do país, publicou um documento que seria um marco na inflexão entre a linha insurrecional de 1936 e a linha de União Nacional que viria a ser adotada em 1938. Com efeito, A Marcha da Revolução Nacional Libertadora e suas Forças Motrizes, lançado em dezembro de 1936, consubstancia a nova orientação que enfatiza o papel daquilo que entendiam ser a "burguesia nacional" no quadro de alianças necessárias ao proletariado e seu Partido, o PCB.[21]

---

[19] Segundo João Falcão, dos 16 colaboradores do número 4 de *Seiva*, somente quatro não eram baianos. Cf. FALCÃO, 2008, p. 27.

[20] NOGUEIRA, A. Escravos e Trabalhadores Livres do Nordeste Bahiano, *Seiva*, Salvador, n. 4, p. 3, mai de 1939. (APJF).

[21] Cf. KAREPOVS, D. *Luta subterrânea*, 2003, p. 122-132; Cf. também SENA JÚNIOR, 2009, p. 39-48.

Em todo caso, muito embora uma forte movimentação intelectual e de balanço político estivesse atingindo o PCB no plano nacional com enorme repercussão na Bahia, *Seiva* muito dificilmente divulgará a linha política exarada pelo partido, senão de maneira sutil e subliminar, muito provavelmente devido à forte repressão que havia atingido o país desde o levante de 1935 e, principalmente, desde a decretação do Estado Novo em 1937.

Ainda assim, muito embora a *Seiva* só viesse a se politizar definitivamente a partir dos anos 1940, especialmente a partir de 1942, quando os Estados Unidos entraram na guerra ao lado da União Soviética, no seu sexto número, ainda em 1939, o estudante de direito Carlos Garcia, um sergipano ligado ao PCB e radicado na Bahia, assinava um texto expressando o momento marcado pelo estabelecimento do pacto entre a Alemanha e a URSS firmado em agosto de 1939. Talvez no esteio da posição inicialmente adotada pelo governo brasileiro frente à guerra, deflagrada em setembro de 1939, a "neutralidade" passou a ser uma bandeira defendida pelos comunistas que, inclusive, já tinham forte presença no movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937/1938. Nesse sentido, Carlos Garcia afirmava, no artigo A Posição dos Estudantes Frente à Guerra, entre outras coisas: "apoio ao governo nas medidas que tomar contra os núcleos estrangeiros que põem em perigo a unidade nacional".[22]

Se não era novidade para os comunistas a defesa apoio ao "governo frente à reação" (sic), política que o PCB já vinha ensaiando desde pelo menos 1938, quando publicaram o documento União Nacional pela Democracia e pela Paz, o fato novo era o paradoxo de continuar a fazê-lo, contra o fascismo, no bojo da vigência do acordo entre Hitler e Stalin, que fazia com que o movimento comunista internacional abdicasse, provisoriamente, de suas noções de "bom" e "mau" imperialismo, admitindo-se ainda aberto o campo de possibilidades com a eclosão da guerra e a movimentação das potências ditas "democráticas", bastante refratárias a uma aliança com a URSS,

---

[22] GARCIA, C. A Posição dos Estudantes Frente à Guerra, *apud* FALCÃO, J. *O Brasil e a 2ª Guerra Mundial.* Brasília: Ed. da UnB, 1999. p. 28.

e o eixo nazifascista, momentaneamente disposto a estabelecer uma trégua com os comunistas stalinistas.[23] De qualquer forma, deixavam-se abertas as possibilidades de enfrentamento de qualquer agressão imperialista, viesse ela da América do Norte, o que não se admitia explicitamente, viesse da Europa nazifascista, o que era tido como bastante mais provável.

Seria, principalmente, na segunda fase da revista, que apareceria em novo formato e com quase um ano de atraso, que o PCB expressaria com maior firmeza e nitidez sua posição de neutralidade através das páginas da *Seiva*. Especialmente quando opta por desvincular a luta econômica, "pelo progresso do país", da luta política contra Getúlio Vargas, admitido como potencial aliado contra a reação, os comunistas buscam evitar as consignas antifascistas que haviam incorporado desde, pelo menos, 1934. Em setembro de 1940, com vários meses de atraso, *Seiva* publica seu editorial comemorando um ano de vida, num número ainda pouco disposto à politização plena. E quando tratam das dificuldades para pôr em circulação um periódico, em meio aos "problemas nacionais" e à falta de informação, trazem, mais uma vez, a questão da "neutralidade" ao centro das discussões: ora, se *Seiva* não incorporou desde os seus primeiros números a linha política do PCB, optando por tratar genericamente das questões do Estado Novo evitando confrontá-lo com as caracterizações que estavam presentes nos documentos partidários que entendiam o regime estabelecido com o Estado Novo como fascista, nesta segunda fase, conforme se agudizava a conjuntura da guerra e de acordo com o objetivo prioritário de defesa da URSS como "pátria do socialismo", as páginas de *Seiva* se abrirão para divulgar a linha adotada pelos comunistas.

---

[23] Publicado em março de 1938, o documento União Nacional pela Democracia e pela Paz, afirmava o apoio a Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, declarando ainda que "apoiará também qualquer medida que o Governo Federal venha a tomar para preservar o nosso país da agressão nazista". Cf. Fundo Hermínio Sachetta, União Nacional pela Democracia e pela Paz! RJ 28/03/1938, ass. Bureau Político do PCB, 2. p. datilografadas, publicado em A *Classe Operária*, São Paulo, n. 207, abr. 1938, Pasta 33/162, Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), Campinas, SP. Sobre o assunto, ver também SENA JÚNIOR, 2009, p. 72-74.

Nesta segunda fase da *Seiva*, iniciada com o número sete e prosseguindo até o número onze — dezembro de 1941 —, o periódico baiano vai sofrendo um processo de progressiva politização, optando por tratar de temas internacionais relacionados aos problemas da guerra, mas sem implicações diretas com o Brasil. Também trataria, perifericamente, de importantes questões nacionais sem, contudo, aprofundar o problema político interno, evitando caracterizações do regime que, não obstante, havia imprimido diversos reveses ao PCB, como as prisões de 22 membros do Comitê Regional de São Paulo em 1939, a queda do que restava do Comitê Central do Partido no Rio de Janeiro e a prisão de Diógenes de Arruda Câmara, um dos responsáveis pelo PCB na Bahia e um dos animadores de *Seiva*.[24]

De acordo com João Falcão, questões operacionais relacionadas a um "ambicioso projeto de ter uma oficina própria", além das prisões no Rio impediram *Seiva* de circular em comemoração ao seu primeiro ano de vida, de modo que desde a divulgação do pacto germano-soviético somente um número foi publicado ao longo de 1939, justamente aquele de setembro. Seria possível que os comunistas baianos estivessem paralisados depois da divulgação do pacto entre Hitler e Stalin? A literatura sobre o assunto é bastante variada e nem sempre concordante sobre a postura assumida pelo PC do Brasil diante do pacto. Em todo caso, a prisão de Arruda Câmara deve ter dificultado sobremaneira a edição de *Seiva*, tanto por motivos operacionais como políticos, já que, segundo Falcão, "Arruda Câmara era muito importante para a vida da revista. Por seu intermédio recebíamos a maior parte das colaborações. Ele mesmo fazia a tiragem dos artigos e exercia a 'censura política' do partido".[25]

Seiva reaparecerá exatamente um ano depois da edição de setembro de 1939, com um projeto gráfico reformulado, com uma nova equipe de gráficos de confiança indicados pelo Partido e, sobretudo, com uma posição política mais definida, "mais opinativa e menos literária", segundo palavras do seu editor

[24] Sobre as prisões ocorridas entre 1939 e 1940, ver: KAREPOVS, 2003, p. 410; SENA JÚNIOR, 2009, p. 95-96.
[25] FALCÃO, 2008, p. 35.

João Falcão.[26] Não obstante Falcão parece se trair quando afirma que *Seiva* assume uma feição antifascista. Considerando que em 1940 o pacto germano-soviético ainda estava em vigor, *Seiva* muito dificilmente poderia permanecer com a posição adotada pelo Partido antes de agosto de 1939, de maneira que o editorial em comemoração à passagem do seu primeiro ano de vida, ao lado de apresentar a nova fase em que *Seiva* procurava se inserir deixa clara a postura de neutralidade recomendada pela Internacional Comunista:

> Procuraremos, entretanto, dar um maior seguimento à saída de SEIVA e então, olharemos com mais cuidado para os problemas nacionais, dizendo-os sempre ao povo, que os ignora, porque não lê nem deles ouve falar, afim de que se possa esclarecê-lo. Sem a compreensão desses problemas, não se dá um passo avante. Nas escolas nada se diz, na imprensa muito menos; livros também não os há. E é vendo isso e muita coisa mais, que estamos aqui firmes no desejo de contribuir conscientemente para resolução das nossas questões. Não colocaremos em plano secundário os problemas fundamentais da nossa economia, como os do petróleo, da siderurgia, do crédito agrícola e proteção aos lavradores, da especulação criminosa dos gêneros de primeira necessidade (feita pelos monopolizadores), do aumento do custo de vida, da legislação social e da nossa posição em face ao momento atual da guerra, como até agora o tem feito a quase totalidade da imprensa nacional. Não nos esqueceremos também de derrubar os falsos conceitos que a imprensa criou da guerra procurando atrair para este ou aquele grupo de países beligerantes, a simpatia e o apoio do povo brasileiro, 'quando nesta guerra a nossa atitude deve ser a da luta pela paz e pelo nosso desenvolvimento econômico'.[27]

Se a neutralidade dá o tom de diversos artigos da nova fase de *Seiva* enquanto está em vigência o pacto Hitler-Stalin, o periódico baiano não deixa de tratar dos temas mais candentes

---

[26] Ibid., p. 36.
[27] UM ano de vida [Editorial], *Seiva*, Salvador, n. 7, p. 3, set. de 1940.

da realidade demonstrando ampla disposição de politizar suas páginas e de influir no debate nacional.[28] Nestas circunstâncias, apareceriam as questões do petróleo e da siderurgia (número sete) e a questão da lavoura cacaueira (número oito), ilustrando o posicionamento dos comunistas que combatiam o "atraso feudal" do país e lutavam pelo progresso e desenvolvimento da indústria nacional. Também o problema da moradia seria tratado em ampla reportagem na edição de número onze, demonstrando que abordagens conjunturais estavam, também, na ordem do dia do periódico. Todavia *Seiva* permanecia evitando travar o debate sobre o problema do Estado Novo, optando por reafirmar a defesa da "neutralidade", pelo menos até junho de 1942, quando publicou o seu décimo segundo número, muito depois da invasão da URSS pela Alemanha " junho de 1941 ", mas já sob o impacto da entrada dos Estados Unidos na guerra e sob os efeitos psicologicamente devastadores do afundamento de navios brasileiros por submarinos alemães na costa norte-americana.[29]

Pelo editorial intitulado União Nacional para a Defesa da Pátria, *Seiva* demarcaria, finalmente, seu decidido ingresso no debate político e, mais do que isso, voltava a exarar sua posição

---

[28] Ainda no número sete de *Seiva*, no artigo A Guerra e Economia Nacional, ao lado da denúncia da guerra que estaria desorganizando a economia mundial, afirma-se a posição a ser tomada pelo Brasil: "Tudo isto, finalmente, vem mostrar os reflexos e efeitos desastrosos da guerra em nosso país. E vem mostrar também a posição que devemos tomar na política internacional: paz e neutralidade ao lado do reforçamento das relações com todos os países com os quais ainda se possa manter relações comerciais". Cf. *Seiva*, Salvador, n. 7, p. 13, set. 1940.

[29] Em sua edição de julho de 1941, que provavelmente já estava pronta quando a União Soviética foi invadida pela Alemanha, *Seiva* trazia um artigo assinado por Robert Wessen intitulado Esta Guerra Não é Nossa, em que o autor avalia a posição norte-americana frente ao conflito. Na edição seguinte, de outubro, dá-se destaque ao rompimento das relações diplomáticas da Bolívia com a Alemanha num texto bastante cuidadoso e sem assinatura, o que expressaria a posição do periódico, em que a "paz" continuava a ser exortada. Cf. AS LIÇÕES que Nos Dá o Caso da Bolívia, In: *Seiva*, Salvador, n. 10, out. 1941, p. 4. (APJF). Somente na página 35 é que se aborda, numa pequena nota, a Conferência de Moscou, de setembro de 1941, que preparava as bases para a formação da aliança da URSS com as "democracias" ocidentais é que se admite que o futuro da civilização está em jogo e que a vitória na guerra só poderá ser conseguida com o esmagamento do nazifascismo. Ibid., p. 35.

antifascista provisoriamente suspensa sob os auspícios do discurso da neutralidade, passando a defender a entrada do país na guerra, ao lado das potências aliadas. Contudo, não fazia isso eximindo o povo da responsabilidade de tomar a guerra para si. Muito ao contrário, reivindicava o protagonismo popular para afirmar que a guerra europeia era também uma guerra do povo brasileiro, dentro do espírito da unidade nacional: "União para todos os brasileiros que queiram defender o Brasil, sem exclusões nem restrições. A nenhum brasileiro é justo negar-se um posto de luta, que por dever lhe cabe", afirmava *Seiva*. Ou seja:

> O momento exige toda a firmeza e decisão. Só há um caminho certo a seguir. Então, em nome dos supremos interesses na nacionalidade, devemos nos empenharmos com toda a firmeza na posição assumida, posição justa, justíssima, que conta com o apoio entusiástico de todos os brasileiros dignos. É preciso que todo o povo, tanto quanto o governo, se entendam perfeitamente, e logo. Confiança mútua. Nenhuma vacilação. Apoio com patriotismo e decisão à política de defesa nacional do governo e mais liberdade de ação para o povo, mais direito de iniciativa, de organização, mais oportunidades para a participação completa de cada brasileiro, e de todos ao mesmo tempo, na grande obra da nossa defesa.[30]

O editorial em tela era, segundo Falcão, "o primeiro documento divulgado no país em que o Partido Comunista define sua linha diante da ditadura, que ele sempre combateu, propondo a formação de uma frente única para apoiar o governo e combater o inimigo comum, o nazifascismo através da União Nacional para a Defesa da Pátria".[31]

Não por acaso, no ínterim das edições de número onze e doze da revista, João Falcão havia estado, pela segunda vez, em Buenos Aires, onde juntamente com Arruda Câmara " já libertado do cárcere estadonovista, e que residia em São Paulo com a finalidade de reorganizar o Partido naquele Estado" receberia

---

[30] Cf. UNIÃO Nacional para a Defesa da Pátria. *Seiva*, Salvador, p. 4, [s.d.].
[31] FALCÃO, 2008, p. 65.

orientação do *Bureau* Político Sul-Americano da Internacional Comunista (BPSA-IC) que preconizava a União Nacional em torno do governo contra a agressão nazifascista. Os comunistas do *Komintern* entendiam que defender a União Soviética era um dever de todas as seções nacionais da IC pelo mundo, de maneira que a entrada dos americanos na guerra derrubava todas as barreiras e impedimentos para que o PC no Brasil passasse a defender a entrada do país no conflito, ao mesmo tempo em que permitira que os comunistas se perfilassem ao lado do governo de Getúlio, no seu esforço de guerra.

Não surpreende, portanto, que o CR-BA, através da *Seiva*, adotasse uma posição semelhante à que já vinha sendo praticada pelos comunistas nacionalmente, posição esta que indicava o apoio a Getúlio (aliás, não sem divergências) no seu esforço de guerra e nos seus atos democráticos e antifascistas. Procuravam fazê-lo, contudo, no ensejo da defesa do país contra a agressão nazista.

Nas circunstâncias em que a guerra chegava às Américas e que o Brasil era agredido, tendo navios afundados por submarinos alemães, os comunistas brasileiros, através da *Seiva*, sentiram que era chegado o momento de defender a pátria brasileira, com a União Nacional. Também pressupunham a defesa de todo o continente, quando lançavam a Mensagem aos Povos da América, dístico que havia sido adotado desde o número sete do periódico, ocasião em que a "neutralidade" ainda era defendida nos marcos de uma aliança entre os povos do continente. Entretanto, as circunstâncias agora eram outras e o Brasil poderia, enfim, lutar ao lado da URSS, contra o nazifascismo, o que possibilitava ao PCB partir para um movimento decisivo de (re)inserção no movimento de massas que ganhava as ruas do país, com a proliferação de entidades antifascistas de diversas espécies e de diversos matizes.[32]

Com efeito, a terceira fase da *Seiva*, iniciada com o número doze " de junho de 1942 " será marcada pela intervenção decisiva no debate político e pela ampla cobertura do movimento de massas, que renascia em meio à ditadura do Estado Novo. Tanto em torno da questão da guerra, quanto sobre o problema da

[32] Sobre a movimentação política em torno da guerra, ver o testemunho do próprio FALCÃO, 1999.

liberdade de ação dos antifascistas e libertação dos prisioneiros do Estado Novo, que implicava na abordagem do problema da anistia e da legalidade do Partido Comunista, que também seriam pautados naqueles anos, *Seiva* e o PCB buscaram intervir no debate em defesa do envio da segunda frente para combater na Europa, ao lado das "democracias" e da União Soviética. Nesta altura, *Seiva* divulga, novamente, mais uma posição pública do Partido Comunista em torno da bandeira de União Nacional. O faz através de um novo editorial, publicado na edição de número treze, em agosto de 1942, que tinha decisivo título de Unidade Nacional, Unidade Nacional. No texto, após exortarem fortemente a unidade em torno do governo de Getúlio e denunciarem a ação desagregadora "quintacolunista" e traiçoeira, o editorial de *Seiva* afirma:

> Por isso, é necessário e urgente que algumas correntes de opinião democrática nacional, que ainda não compreenderam e resistem à política de verdadeira união do povo brasileiro, revivendo divergências passadas e pontos de vista pessoais, pondo o problema urgente da defesa do país em plano secundário, tomem a posição que o momento exige, sob pena de isolarem-se do povo e confundirem-se com os nossos inimigos, com os filofascistas. Na prática, os efeitos da indecisão e da incompreensão da política de união nacional são bastante ruinosos para a defesa do Brasil. Esta advertência vale como um chamado ao cumprimento de um dever patriótico. E qualquer resistência à política de justa de união nacional e defesa da pátria, ao lado do Presidente Vargas e das autoridades democráticas, contra a quinta-coluna e os inimigos externos, contras a autoridades filofascistas, deve ser imediatamente denunciada, porque à sua sombra se escondem redutos de infiltração hitlerista, hábil, disfarçada e organizada.[33]

[33] UNIDADE Nacional, Unidade Nacional [Editorial], *Seiva*, Salvador, n. 13, p. 4, ago. 1942.

Entretanto, ainda que defendendo a "concórdia entre povo e governo" e a "pacificação da família brasileira", ou apresentando a consigna da União Nacional, conforme vinham apontando desde 1938, os comunistas brasileiros descuidaram da vigilância, tanto que baixaram a guarda frente à ditadura do Estado Novo. Num ato de ousadia, em que confrontaram o veto da censura que apreciava antecipadamente todas as edições de *Seiva*, publicaram uma entrevista desafiadora do presidente da Sociedade Amigos da América (SAA) o general Manoel Rabelo que, em passagem por Salvador, falou ao repórter da *Seiva*, Jacob Gorender. Apontando a presença de "reacionários adesistas" e "quintacolunistas" e "simpatizantes do fascismo", que se aproveitavam das circunstâncias para se aproximarem dos iminentes vencedores do conflito, o general antifascista defendia o envio de tropas para combaterem na segunda frente europeia. Também afirmava que o Brasil "não podia ficar marcando passo no mesmo lugar". Por fim, considerando "exagerada" a atitude do governo perante o comunismo, Rabelo concluiu com uma consideração sobre o último movimento de Stalin que dissolveria a Internacional Comunista, em 1943: "A dissolução do *Komintern*, está recebendo toda sorte de interpretações. Nem seria de outro modo, pois as atitudes mais sinceras são deturpadas pelos indivíduos de intenções suspeitas".[34] Devido à repercussão da entrevista do general nas hostes governistas, a censura do Estado Novo recomendou a apreensão do periódico e a prisão dos seus dirigentes e do repórter que entrevistou Manoel Rabelo, Jacob Gorender, o que efetivamente foi executado.[35]

---

[34] O POVO brasileiro anseia pela participação na luta, *Seiva*, Salvador, n. 18, p. 5-7, jul. 1943. Neste mesmo número foi publicado um artigo do ex-secretário-geral da ANL Roberto Sisson, intitulado Problemas da Guerra Atual, p. 8-9.

[35] Gorender, falando vários anos depois do episódio, recordou: "Considero que esta entrevista do general Manoel Rabelo é a primeira manifestação *impressa* contra o Estado Novo. Ela é anterior ao famoso Manifesto dos Mineiros, que começou a circular meses depois. A entrevista não contém uma condenação explícita do Estado Novo, mas ataca de maneira contundente a sua política diretamente no que se refere ao esforço de guerra e, indiretamente nas suas inclinações profascistas", In: *Teoria & Debate*, São Paulo, n. 11, ago. 1990, p. 23. [Entrevista concedida a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau].

O fato é que o episódio encerrava o primeiro período de vida da revista *Seiva*, que renasceria nos anos cinquenta do século XX, ao tempo em que inaugurava uma nova fase na vida política do país, posto que a partir de fins de 1943, o movimento de massas viveu um gigantesco ascenso, e no curso do fim da guerra, com a vitória das "democracias", o Partido Comunista seria legalizado, colhendo os louros de sua atuação na luta antifascista no Brasil. A partir de 1945, até 1947/1948, enquanto os comunistas continuaram a pregar a União Nacional com a burguesia dita progressista, e com o governante de plantão "em seus atos democráticos", as classes dominantes do país prepararam um novo golpe, consoante com a reconfiguração do mundo com o advento da Guerra Fria.

CULTURAL ACTION, ANTIFASCISM AND NATIONAL UNION IN THE *SEIVA* MAGAZINE (1938-19430)

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the role of the Bahian journal *Seiva* as an instrument of cultural action and political struggle in the service of anti-fascism and the National Union of Brazil. Created in 1938, in Salvador, by young committed intellectuals, one of whom belonged to the Communist Party of Brazil (PCB), *Seiva* constituted an important space for disclosure of Communist policy formulations in the middle of the Estado Novo, the Second World War and the fascist threat that hung over many countries. Being a legal and officious vehicle of the Regional Committee of Bahia (CR-BA) of the PCB, the Communists, through *Seiva*, began a vigorous process of partisan resistance and rebuilding through direct intervention in the mass movement that drew crowds to the streets against Nazi-Fascism, the fifth column and the integralism. Over its five years of operation, *Seiva* expressed the political line of the PCB, and it was closed by determination of the Estado Novo in 1943.

KEYWORDS

Communist Party. *Seiva* Journal. Anti-fascism. National Union.

Seiva, Salvador, ano 1, n.1, dezembro de 1938 [Capa].
(Fundo Astrojildo Pereira, Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Campinas, SP, R/0635).